

PERCEPÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE O ENSINO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PERCEPTION OF UNIVERSITY STUDENTS IN THE PHYSICAL EDUCATION COURSE ABOUT THE EDUCATION AND THE INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES

Dennyse Maria Pimentel Rodrigues¹
Luiza Leonez Absolon Pitombeira²
Tiago Idalino de Oliveira³
Mateus Victor Ibiapina Gomes Nascimento⁴
Nicole Macedo Orsano⁵
Danyelle Maria Pimentel Rodrigues⁶
Galba Coelho Carmo⁷
Enéias de Freitas Dutra Júnior⁸
Francisco Evaldo Orsano⁹

RESUMO: É evidente que a educação, no contexto da inclusão, vem sendo cada vez mais transformada e com isso, é imprescindível que todo o ser humano tenha este direito. Objetivo: analisar a competência pedagógica de discentes do curso de Educação Física para a realização de um ensino inclusivo dentro do âmbito escolar. Metodologia: tratou-se como de campo, com cunho descritivo e abordagem quantitativa. Fizeram parte da pesquisa 40 alunos do curso de Licenciatura em Educação Física do 6º ao 8º período de uma Universidade. Dentre os selecionados, participaram aqueles que participaram de matérias de práticas pedagógicas e estágios do 2º ao 8º período. Como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário com 18 perguntas fechadas e os dados foram analisados por meio de estatística básica (%), bem como apresentados em forma de tabelas. Resultados: pode-se informar pela percepção geral dos acadêmicos que 77,5% relataram que possuem experiência com pessoas com deficiência, principalmente com deficiência mental, 51,5% e motora 39,4%. Conclusão: como percepção positiva, a maior parte dessa vivência adquirida com alunos com deficiência, ocorreu durante o estágio obrigatório 78,1%, e como percepção negativa foi evidenciado que 80% dos graduandos não participou de cursos voltados para a formação com alunos deficientes durante a graduação. Destarte, conclui-se que os acadêmicos de Educação Física não se consideram preparados para a intervenção na área de Educação Física Adaptada.

¹Licenciatura Plena em Educação Física – UESPI.

²Licenciatura Plena em Educação Física – UESPI.

³Licenciatura Plena em Educação Física – UESPI.

⁴Especialização em Atividade Física para Grupos Especiais – UESPI.

⁵Graduanda em Nutrição – UFPI.

⁶Especialização em Terapia Cognitiva Comportamental.

⁷Educação Física e Desporto Escolar.

⁸Doutorado em Engenharia Biomédica.

⁹Doutorado em Ciências da Saúde.

Palavras-chave: Inclusão. Alunos. Percepção dos acadêmicos.

ABSTRACT: It is evident that education, in the context of inclusion, has been increasingly transformed and with that, it is imperative that every human being has this right. **Objective:** to analyze the pedagogical competence of students of the Physical Education course to carry out an inclusive teaching within the school environment. **Methodology:** it was treated as a field study, with a descriptive nature and a quantitative approach. 40 students of the Degree in Physical Education course from the 6th to the 8th period of a University took part in the research. Among those selected, those who participated in subjects on pedagogical practices and internships from the 2nd to the 8th period participated. As a data collection instrument, a questionnaire with 18 closed questions was applied and the data were analyzed using basic statistics (%), as well as presented in the form of tables. **Results:** it can be informed by the general perception of the academics that 77.5% reported that they have experience with people with disabilities, mainly with mental disabilities, 51.5% and motor disabilities, 39.4%. **Conclusion:** as a positive perception, most of this experience acquired with students with disabilities occurred during the mandatory internship, 78.1%, and as a negative perception, it was evidenced that 80% of the students did not participate in courses aimed at training with students with disabilities during the graduation. Thus, it is concluded that Physical Education students do not consider themselves prepared for intervention in the field of Adapted Physical Education.

Keywords: Inclusion. Students. Perception of academics.

1. INTRODUÇÃO

É dever do Estado, embasado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) a oferta de educação especializada gratuita principalmente na rede de ensino regular, uma escola inclusiva, de qualidade e de forma em que haja equidade na transmissão do conhecimento. Diante disso, para que esse modelo seja efetivamente seguido, principalmente no âmbito da Educação Física Adaptada dentro da escola é necessário passar por um processo de melhoria metodológica e estratégia de ensino.

Posto isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Educação Física (Resolução CNE/ CP nº 7, de 31 de março de 2004) orientam que deve-se contemplar, dentre várias dimensões e populações, as necessidades das pessoas com deficiência, oportunizando a prática de atividade física, cuidado com a saúde e qualidade de vida. Contudo, professores de Educação Física identificaram a presença de barreiras para promover a inclusão na escola, visto que nem sempre a estrutura e o corpo docente estão preparados para isso (MAUERBERG- DECASTRO *et al.*, 2013).

Segundo Triezenberg (2014) os professores que tiveram formação em Educação Física adaptada apresentaram maiores níveis de autonomia para inclusão de alunos com deficiências físicas e para amparar os alunos na instrução de colegas com deficiência visual,

se comparados aos professores que não tiveram tal formação.

Ao analisarem as concepções dos professores de Educação Física com relação à inclusão de alunos com deficiência, Fiorini e Mazini (2015) verificaram dificuldades em adaptar estratégias de ensino, sendo, em muitos casos, narrado mais predomínio de atividades individuais com esses alunos em detrimento das coletivas, as concepções dos professores de Educação Física com relação à inclusão de alunos com deficiência tem como maiores dificuldades, a falta de materiais de apoio, de assistentes para auxiliar nas aulas e de mais experiência na atuação com alunos com deficiência.

Embora seja observada uma tendência otimista dos professores a respeito dos benefícios da inclusão escolar, algumas dificuldades como a falta de conhecimento e de experiência, acesso precário ao laudo e às informações sobre a deficiência do aluno, falta de materiais e de profissional de apoio, espaços físicos com acessibilidade precária e outras relacionadas ao aluno: o tipo e gravidade da deficiência, elevado índice de absenteísmo nas aulas e falta de motivação em participar das atividades, são descritos como fatores que podem dificultar ou até mesmo inviabilizar o processo de inclusão escolar (FIORINI; MANZINI, 2014; HODGE *et al.*, 2017; HUTZLER; BARAK, 2017).

A inclusão escolar das pessoas com necessidades especiais é um processo que vem acontecendo ao longo dos anos, ao qual tiveram diversos acontecimentos mundiais. Como por exemplo, a Declaração de Salamanca em 1994, que ficou conhecida mundialmente por definir a educação inclusiva. Dessa forma, mudanças no âmbito legislativo e na organização escolar têm sido desencadeadas no Brasil desde então com a finalidade de melhorar a formação profissional e garantir o amplo acesso de todos os alunos à escola comum. Porém, embora avanços tenham sido observados, a formação de professores ainda é um desafio, uma vez que a simples oferta de disciplinas obrigatórias nos cursos de graduação não é capaz de garantir qualidade na atuação docente (BAUMEL; CASTRO, 2002).

Miranda e Galvão Filho (2012) descrevem que a inserção de alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, dentro da escola tem sido um desafio para os ambientes escolares criarem novos métodos de ensino. Diante disso, é exposto a formação contínua do professor de Educação Física, com aperfeiçoamento do conteúdo e cursos voltados para o processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência.

Desse modo, o docente de Educação Física deve ter um leque mais aberto de disciplinas voltadas à educação física adaptada, englobando todas as deficiências, visto que é na formação inicial que se permeia a área trabalhada ao chegar no final do curso, com a falta de

disciplinas o futuro professor não é instigado a procurar se capacitar de forma mais aprofundada.

Sendo assim, a Educação Física Inclusiva revela problemáticas enraizadas no âmbito da matriz curricular do curso de licenciatura em Educação Física. Exemplo disso, tem-se as perspectivas dos discentes que mostra uma ausência entre teoria e prática pedagógica na atuação com pessoas com deficiência, a ordem cronológica das matérias que abordam sobre esse tema e até mesmo a carga horária apresenta-se insuficiente mediante ao público escolar encontrado. Diante do exposto, este estudo teve por objetivo analisar a competência pedagógica de discentes do curso de Educação Física para a realização de um ensino inclusivo dentro do âmbito escolar.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um estudo caráter descritivo com abordagem quantitativo de corte transversal, que envolveu uma amostra de 40 universitários do curso de Educação Física de uma universidade pública em Teresina, Piauí. Foram considerados critérios de inclusão discentes regularmente matriculados do curso de Licenciatura em Educação Física nas matérias de práticas pedagógicas e estágios do 2º ao 8º período.

496

A pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2022. A coleta de dados se deu por meio de um link do Google Formulários, que foi repassado para todas as turmas. Também para maior engajamento e estímulo dos estudantes na participação do estudo, os pesquisadores mandavam mensagem através de um aplicativo de mensagem. Os estudantes que aceitaram participar do estudo, acessavam o link que continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e iniciavam o preenchimento do formulário, no qual se encontrava dividido em 3 sessões, com um total 18 de questões, referente aos seus aspectos sociodemográficos, tempo e nível de experiência com PCD's e a percepção sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

Para avaliação do tempo e nível de experiência utilizaram-se as seguintes questões; possui experiência com PCD's; tipos de deficiência com as quais tiveram vivência sendo elas; visual, auditiva, mental, motora e múltipla; modalidades onde tiveram as vivências; prática pedagógica PP estágio obrigatório, programa de bolsa de iniciação à docência PIBID e residência pedagógica RP; e tempo de vivência em Educação Física Escolar: 3 meses, 6 meses, 12 meses e 24 meses.

Para avaliação de nível/vivência e percepção sobre a inclusão de PCD's utilizou-se o

questionário/escala adaptado dos modelos já validados de Sideridis e Chandler (1997) e Kozube Porretta (1998) que versavam sobre conhecimento, preparação, capacidade de solucionar problemas, materiais e participação de cursos voltados para o ensino de PCD's, bem como nível de preparo dos professores e a grade curricular válida. As respostas possíveis eram: Sim; Não e Talvez.

A análise estatística foi realizada por meio do programa Microsoft Office Excel 2021, no qual foram realizadas as estatísticas básicas (%). Para a apresentação dos resultados, utilizou-se tabelas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta os aspectos sociodemográficos dos estudantes avaliados. Dos 40 alunos, sendo 52,5% feminino e 47,5% masculino, a maioria possui menos de 25 anos (87,5%) e a minoria possui 25 anos ou mais (12,5%). Sendo eles, 45% matriculados no 6º período (55%) no 8º período do curso.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico dos graduandos do curso de Licenciatura em Educação Física para atuar com alunos PCD's.

Variáveis	Frequência	Percentual
Sexo	N	%
Feminino	21	52,5%
Masculino	19	47,5%
Idade		
Menos de 25 anos	35	87,5%
25 anos ou mais	5	12,5%
Período matriculado		
6º	18	45%
8º	22	55%
Período matriculado		
6º	18	45%
8º	22	55%

Fonte própria, 2023.

Na tabela 2, observou-se que 77,5% dos alunos relataram que possuem vivência com pessoas com deficiência – PCD, principalmente alunos com deficiência mental 51,5% e motora 39,4%.

Com relação a essa vivência adquirida com crianças com deficiência, a maior parte ocorreu durante o estágio obrigatório 78,1%, com tempo de experiência de 6 meses 32,5%.

Apesar da experiência adquirida na prática por meio do estágio obrigatório 80% dos graduandos não participou de cursos voltados para o trabalho com crianças deficientes durante a graduação. Outrossim, Fusari (1999) pontua que é necessário garantir essa experiência para os alunos durante o período de formação, uma vez que esta deve ter como referência o conhecimento formalizado do discente.

Tabela 2. Principais vivências, modalidades e tempo de atuação com PCD's.

Variáveis	Sim		Não	
	N	%	N	%
Possui vivência com PCD's	31	77,5	9	22,5
Tipos de deficiências com as quais já tiveram alguma vivência				
Visual	0	0,0	-	-
Auditiva	0	0,0	-	-
(Cont. Tabela 2)				
Mental	17	51,5	-	-
Motora	15	39,4	-	-
Múltipla	3	7,5	-	-
Modalidade onde tiveram vivência com PCD's				
Prática Pedagógica – PP	7	17,5	-	-
Estágio Obrigatório	25	78,1	-	-
Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID _I		2,5	-	-
Residência Pedagógica	0	0,0	-	-
Tempo de vivência em Educação Física escolar				
3 meses	11	27,5	-	-
6 meses	13	32,5	-	-
12 meses	9	22,5	-	-
24 meses	5	12,5	-	-

Fonte própria, 2023.

Em relação a vivência dos discentes com turmas voltadas para pessoas com deficiência a maior parte 77,5% relatou que teve, no entanto entende-se que apesar da vivência esses alunos não foram preparados de forma positiva no que diz respeito a uma boa experiência. Em concordância com esse resultado, Beltrame e Ribeiro (2004) entendem que se faz necessário oferecer um maior número de disciplinas que abordem temas relativos à

Educação Física Adaptada, proporcionando experiência e conhecimentos a esses acadêmicos para que se sintam motivados e subsidiados de modo a contribuir com a política da inclusão de forma eficaz.

Trazendo a narrativa sobre a inclusão, algumas pesquisas recentes evidenciam que a deficiência motora, especialmente a paralisia cerebral com maior gravidade, é apontada pelos professores de Educação Física como a mais complexa para a inclusão nas atividades durante as aulas (HODGE *et al.*, 2017; HUTZLER; BARAK, 2017).

A afirmação anterior mostra que dificuldade pode estar na gravidade da condição, já que os discentes participantes em nosso estudo apresentam alunos com deficiências motoras com menores graus de comprometimento, em contrapartida a mental além de possuir maior porcentagem, traz maiores graus de comprometimento devido dificuldade de compreensão e participação.

Nesse liame, de acordo com os dados encontrados anteriormente, Pedrosa; Campos; Duarte (2013) afirmam que o estágio supervisionado é uma ferramenta imprescindível nesse processo de formação, visto que dá uma oportunidade de analisar e pesquisar novos rumos.

Outrossim, Mendes; Pádua (2010) apontam em seus estudos que durante uma entrevista concedida suas pesquisas, uma professora de Educação Física afirmou que sua vivência nos estágios permitiu que ela se sentisse estimulada a buscar mais conhecimento e capacitação nas atividades esportivas para pessoas com deficiência.

Por conseguinte, a prática da educação física na escola é essencial para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor dos alunos (LARA; PINTO, 2017). Para que os futuros professores consigam trabalhar nas suas aulas o princípio da inclusão, é necessária formação inicial e continuada que aborde esse assunto. Fica claro que um docente que não foi preparado no modelo inclusivo encontrará dificuldade para promover a educação inclusiva (RODRIGUES; RODRIGUES-LIMA, 2017). Retrato disso, é a porcentagem elevada de discentes que relatam não ter interesse em cursos ou palestras na área da Educação Física adaptada e suas variações, muito por conta de um despreparo acadêmico e receio com a área.

Tabela 3. Percepção de universitários do curso de educação física sobre inclusão de pessoas com deficiência.

Variáveis	Sim		Não		Talvez	
	N	%	n	%	n	%
Sente que tem conhecimento para atingir as necessidades de alunos com deficiência	0	0,0	30	75,0	10	25,0
Sente preparado para trabalhar baseando-se no que foi visto durante o curso	2	5,0	27	67,5	11	27,5
Sente capaz de solucionar problemas de comportamento de alunos com deficiência	3	7,5	22	55,0	15	37,5
Sente capaz de remediar os déficits de aprendizado de um aluno com deficiência	6	15,0	14	47,5	15	37,5
Pretende participar de cursos e palestras para aumentar seus conhecimentos sobre métodos de ensino para deficientes	6	15,0	30	75,0	4	10,0
Existem materiais suficientes na escola para o ensino de alunos com deficiência	0	0	37	92,5	3	7,5
A grade curricular do curso é válida para o ensino de alunos com deficiência	0	0	32	80,0	8	20,0
Seu curso possui materiais acessíveis para o ensino de alunos com deficiência	0	0	31	77,5	9	22,5
Os professores das disciplinas voltadas para o ensino de Educação Física adaptada possuem didática e experiência suficiente	0	0	21	52,5	19	47,5
As disciplinas de libras, adaptada e prática pedagógica são suficientes para o preparo dos discentes dentro do âmbito escolar	0	0	27	67,5	13	32,5

Fonte própria, 2023.

O dado obtido em uma questão da tabela 2 no qual a maioria dos universitários (77,5%) do 6° e 8° bloco afirmam ter vivência com alunos com deficiência e em contra partida na tabela 3 (75,0%) não sentem que possuem conhecimentos suficientes para lidar com esse público, reafirmando os resultados de pesquisas onde relatam que os professores não possuem conhecimentos suficientes para incluir alunos com deficiências em suas aulas (CRUZ; FERREIRA, 2005). Dessa maneira, a formação ideal deve relacionar interações entre a tríade ensino-pesquisa-extensão e valorizar a formação continuada (SIMIM, 2014). Ainda existe carência de critérios específicos a respeito dos conteúdos mínimos necessários para que os professores tenham subsídios para promover atuação profissional com qualidade (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Outro ponto que cabe citar perante um estudo realizado por Souza; Boato (2010) que

entra em concordância com um dos resultados obtidos na presente pesquisa, é basicamente onde os alunos não pretendem participar de cursos e palestras para aumentar seus conhecimentos sobre métodos de ensino para deficientes, visto que acreditam que os docentes não são devidamente capacitados para lecionar aulas inclusivas. Ademais, Vitallino (2007) aponta que há uma necessidade de preparação pedagógica melhor nos cursos de licenciatura em Educação Física para que assim, os discentes sintam-se preparados para lidar com a inclusão de alunos com deficiência.

Na educação física escolar, base para estudo, entende-se que o professor de Educação Física é um profissional da área de ensino que coopera ativamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos (PALLA; MAUERBERG-DECASTRO, 2004). Trazendo essa narrativa, os discentes constantemente relatam a percepção de inexistência de materiais suficientes na escola para o ensino de alunos com deficiência entre dificuldades estruturais da escola/universidade, como falta de adaptações, de professores especializados de cunho profissional, bem como condições de trabalho e qualificação (FALKENBACH *et al.*, 2007).

Referente a questão sobre a matriz curricular do curso ser válida para o ensino de alunos com deficiência, as respostas obtidas, demonstram que conteúdos relacionados a inclusão de PCD's deveriam estar presentes em todas as disciplinas e não concentradas em uma ou duas (SIMIM, 2014; CHICON; PETERLE; SANTANA, 2014). A carência de interdisciplinaridade das disciplinas voltadas a EFA somada a insuficiente carga horária e a incoerente distribuição, contribuem para dificuldades no desenvolvimento da área, causando insegurança e despreparo para a atuação profissional dos discentes (SOUZA, 2014).

A esse respeito, alguns estudos indicaram que disciplinas com temáticas de ensino das PCD's geralmente estão concentradas nos últimos períodos do curso (SIMIM, 2014; SOUZA,

2014). Esse fato realça a falta de afinidade por parte dos discentes com essas disciplinas devido a familiarização tardia e repasse ineficaz desses conhecimentos por parte dos docentes.

Ao ser analisado uma pesquisa com alunos do curso de Educação Física de uma universidade pública de Santa Catarina, pôde-se verificar que a maioria dos discentes relatou que a ordem cronológica da matriz curricular do curso é uma das dificuldades na formação inicial para atuar com PDC's (MEDEIROS, 2020).

Em contrapartida, Harnisch *et al.*, (2017) afirmam que a responsabilidade pela

formação profissional é total do graduando de EF, bem como cabe aos egressos manifestar interesse em buscar outras ferramentas oferecidas pela universidade ou externamente para complementar sua formação nesta área, como em todas as outras áreas.

Já Araújo; Ribeiro (2004) descreveram em suas evidências sobre a formação continuada que muitos professores de Educação Física não receberam uma formação inclusiva ao passar pela graduação, bem como não cursaram disciplinas específicas, e com isso se sentiram despreparados para trabalhar com pessoas com deficiência. Apesar disso, buscaram realizar estudos e leituras sobre o assunto, trocaram experiências com outras pessoas e fizeram cursos extras para assim ampliar seus conhecimentos, garantir segurança sobre o assunto, bem como permitir novas reflexões e novas ações.

Destarte, considera-se a importância quanto ao interesse próprio e a iniciativa de cada discente em se envolver com o assunto, quebrando o máximo possível de noções e atitudes preconceituosas e abrindo espaço para uma ação nova e inclusiva. Ademais, todas essas questões podem ser melhor abordadas nas universidades em um diálogo entre instituição, alunos e professores para encontrar soluções para estas fragilidades apontadas, uma vez que o intuito é de melhor preparar os futuros profissionais em Educação Física para atuarem a favor da inclusão.

CONCLUSÃO

Em suma, conclui-se que os discentes de Educação Física não se consideram preparados para a intervenção na área de Educação Física Adaptada. Nesse contexto, a formação dos professores não é o suficiente para prepará-los para atuar com PCD's no ambiente escolar. Além disso, o conhecimento escasso acerca dos conceitos e características das PCD's, insuficiência de materiais e estrutura precária por parte da escola/universidade, dificulta a intervenção pedagógica dos professores/discentes com esse público. Isso reforça a necessidade de que a temática deve estar presente durante todo o curso de graduação e não apenas concentrada em uma ou duas disciplinas nos semestres finais. A familiarização com metodologias diferenciadas e materiais para a adaptação se torna essencial na missão de tornar as aulas inclusivas.

Sendo assim, as respostas obtidas indicam que os alunos tiveram percepções negativas sobre a grade curricular, o que depende significativamente das metodologias utilizadas nas aulas. Entende-se que o número de discentes insatisfeitos com as disciplinas

voltadas para PCD's é elevado, devido baixa carga horária, falta de materiais e ensino que mescle teoria e prática de forma eficaz.

Desta forma, reforça-se a importância de conhecer acerca de adaptações pedagógicas que podem auxiliar no processo de inclusão e também a reformulação da grade curricular, onde as disciplinas voltadas a PCD's estejam distribuídas desde os períodos iniciais, visto que o discente possui vivência com este público desde o segundo período. É válido ressaltar também, a importância desses acadêmicos sempre estarem buscando a formação continuada dos assuntos propostos durante todo o curso. Por fim, o trabalho possibilita uma contribuição para a comunidade acadêmica e espera-se que produzam mais pesquisas sobre esse tema.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. de; DUARTE, E. Educação + inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, p. 223-240, 2005.

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de Vida**: Definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP, 2012.

ARAÚJO, P.; RIBEIRO, S. M. A formação acadêmica refletindo na expansão do esporte adaptado: uma abordagem brasileira. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 57-69, maio 2004.

ARVIDSSON, I.; HÅKANSSON, C.; KARLSON, B.; BJÖRK, J., PERSSON, R. Burnout among Swedish school teachers - a cross-sectional analysis. **BMC Public Health**, v.16, p.823, 2016.

BARRETO, M. A.; *et al.* A preparação do profissional de educação física para a inclusão de alunos com deficiência. **Podium Spoort, Leisure and Tourism Review**, v. 2, n. 1, p. 152- 167, 2013.

BAUMEL, R. C. R.; CASTRO, A. M. Formação de professores e a escola inclusiva: questões atuais. **Integração**, Brasília, v. 14, n. 24, p. 6-11, 2002.

BASTOS, J. L. D., DUQUIA, R. P. Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. **Scientia Médica**; v. 17, n.4, p. 229-232, 2007.

BELTRAME, Thaís Silva; RIBEIRO, Joyce. Atitudes de graduandos em Educação Física do CEFID em face da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Journal of Physical Education**, v. 15, n. 2, p. 17-22, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV – DO DIREITO À EDUCAÇÃO, Art. 27. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 de julho de 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**. Seção I, p. 8-9, Brasília, DF, 4 mar. 2002.

BRASIL et al. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**, 1997

CARDOSO, C. S. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada. **Educação**, n.º. 49, p. 137-144, 2003.

CARVALHO-FREITAS, M. *et al.* Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência. **Psicologia e Sociedade**, v.27, n.º1, 211-220. 2015.

CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 163- 80, 2005.

DA SILVA, K. R. X.; DA SILVA, A. P. **PROGRAMA DE INCENTIVO À CRIATIVIDADE E À INCLUSÃO: REFLETINDO SOBRE REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS.**

DA SILVA, Rita de Fátima; DE ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada.** Phorte, 2012.

504

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Portal do Mec, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2022.

FAITANIN, G. P. S.; COSTA, V. A. **Políticas Públicas e Formação de Professores para Inclusão Escolar: As Experiências do Município de São Gonçalo/RJ.** In: XIII Semana de Educação da UERJ - Educação, Formação e Sociedade: Desafios Contemporâneos, 2009, Rio de Janeiro. Anais. XIII Semana de Educação da UERJ - Educação, Formação e Sociedade: Desafios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, v. 1. p. 1-15. 2009.

FRANÇA, G. S.; MARTINS, F. B. G. Pessoas com deficiência: Definição, tipos, e trajetória histórica. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 15, n. 15, 2019.

FUSARI, J. C. Avaliação de modalidades convencionais e alternativas de educação contínua de educadores: preocupações a serem consideradas. In: BICUDO, M.A.V; SILVA JUNIOR, C.A. **Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e continuada.** São Paulo: UNESP, p.221-224. 1999.

GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A. Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. **Revista Brasileira de Educação**

Especial, v. 19, n. 3, p. 307-324, 2013.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, Attilio. Inclusão de alunos com deficiências em aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 33-44, 2018.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. In: **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. p. 589-589. 2005.

GORGATTI, M. G.; DE ROSE JR, D. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. **Movimento (Porto Alegre)**, v. 15, n. 2, p. 119- 140, 2009.

GHILARDI, R. Formação Profissional em Educação Física: a relação teoria e prática. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, p. 01-11, 1998.

GUTIERRES FILHO, P. B. *et al.* Aspectos curriculares da formação universitária em educação física para atuação na educação inclusiva. **Pensar a Prática**, v. 17, n. 1, 2014.

HARNISCH, G.S.; *et al.* Formação inicial e continuada de professores de educação física: uma revisão de literatura. In: **8º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar. 3º congresso nacional de formação de professores de Educação Física**, 2017.

HODGE, S. R. *et al.* Brazilian Physical Education teachers' beliefs about teaching students with disabilities. **International Journal of Disability, Development and Education**, p. 1-20, dez. 2017.

HUTZLER, Y.; BARAK, S. Self-efficacy of physical education teachers in including students with cerebral palsy in their classes. **Research in Developmental Disabilities**, v. 68, p. 52-65, 2017.

JERÔNIMO, E. *et al.* Percepção dos discentes do último período do curso de Educação Física quanto a sua formação para atuar com pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano. 13, n. 126, nov. 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd126/educacao-fisicaformacao-para-atuar-com-pessoas-com-necessidades-especiais.htm>. Acesso. 13 de julho de 2022.

LARA, F. M.; PINTO, C. B. G. C. A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente. **Universitas: Ciências da Saúde**, v. 15, n. 1, p. 67-74, 2017.

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis pedagógica**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.

LÜDORF, S. M. A. A prática pedagógica do professor de educação física e o corpo de seus alunos: um estudo com professores universitários. **Pensar a prática**, v. 8, n. 2, p. 243-256, 2005.

MENDES, M. M.; PÁDUA, K. C. **Influência da formação na prática de professores de Educação Física que atuam com alunos com deficiência**: um estudo no sistema de ensino especial. Ano 13 - n. 16 - p. 13-39, 2010.

MENDES, A. S; NASCIMENTO, S; FACHADA, R. F. A capacitação dos profissionais de Educação Física nas aulas de educação especial. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 17, n.173, out. 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd173/a-capacitacao-de-educacao-fisicaespecial.htm>. Acesso em: 13 de julho 2022.

PEDROSO, C. C. A.; CAMPOS, J. A. P. P.; DUARTE, M. Formação de professores e educação inclusiva: análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. **Educação Unisinos**, v. 17, n. 1, p. 40-47, 2013.

RAMOS, Valmor *et al.* Autopercepção de competência pedagógica de professores de Educação Física no ensino inclusivo. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v.21, n 2,p. 123-134, 2013.

RODRIGUES, J. L. **A educação física no contexto interdisciplinar e a pessoa portadora de deficiência**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991.

506

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Educação física: formação de professores e inclusão. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 2, p. 317-333, 2017.

SALERNO, M.B. **A formação em educação física e o trabalho com a pessoa com deficiência: percepção discente**. Tese - Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SILVA, R. F. **A ação do professor de ensino superior na Educação Física adaptada: construção mediada pelos aspectos dos contextos históricos, políticos e sociais**. 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SILVA, M.; NASCIMENTO, C. O. C. do; ZEN, G. C. **Didática**: abordagens teóricas contemporâneas. 2019.

SIMIM, M. A. M. Exercício, esporte e inclusão: a formação do profissional de educação física e o esporte adaptado. In: Noce, F. (Org.). O profissional de educação física na área da saúde. Belo Horizonte: **EEFFTO**, v. I. p. 71-83. 2014

SOLER, R. **Educação física inclusiva na escola: em busca de uma escola plural**. Sprint, 2005.

SOUZA, G. K. P; BOATO, E. M. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação. **Educação Física em Revista**, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2010.

UNESCO, MEC-Espanha. Declaração de Salamanca e linha de ação. **Brasília: CORDE**, 1994.

VITALLINO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 13, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1465382007000300007&lng=en&nr m=iso>. Acesso em